



Arquivo Senado

15 de março de 1985: ao lado de dona Marly, José Sarney sobe a rampa do Congresso para se tornar o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar

Senadores fazem balanço dos 25 anos da redemocratização

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu cumprimentos por ter sido um dos personagens principais da transição para a democracia. Cristovam e Mesquita Júnior reconhecem avanços, mas fazem questionamentos

Completou ontem 25 anos o segundo período de redemocratização do Brasil. Em 15 de março de 1985, José Sarney assumia a Presidência da República, encerrando o ciclo de

21 anos do regime militar vigente desde 1964. No Plenário, o senador Cristovam Buarque afirmou que a democracia está incompleta, porque “trouxe tudo o que dizia respeito às liberdades, mas não mu-

dou as prioridades”. Já Geraldo Mesquita Júnior reconheceu conquistas no período, mas advertiu que permanece “o conluio entre os poderes executivos e o poder econômico”. **3**

J. Freitas



especial
Cidadania

Sociedade deve fiscalizar aplicação dos recursos dos royalties

Participação do cidadão é imprescindível para coibir abusos de alguns dirigentes municipais no emprego do dinheiro que é repassado às prefeituras. **8**

Mostra faz parte das comemorações do Dia da Síndrome de Down

Exposição de obras de artistas com Down

A exposição de arte *Pintou a Síndrome do Respeito*, com 38 telas, permanece até o próximo dia 26 no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima e na Senado Galeria. **2**

Escassez de engenheiros reflete ensino médio precário, concluem especialistas

Os convidados que participaram ontem de debate na Comissão de Infraestrutura, presidida por Fernando Collor, apontaram que as deficiências existentes no ensino médio são diretamente responsáveis pela falta de mão de obra especializada nas várias áreas de enge-

nharia. Entre as propostas apresentadas aos senadores, destacam-se a criação de cursos mais curtos – à semelhança do que fazem os norte-americanos – e um comprometimento maior do setor produtivo privado na formação de profissionais para suas empresas. **5**



Waldemir Barreto

Senador Fernando Collor (3º à direita) coordena debate na CI: falha no ensino médio se reflete na formação de engenheiros

Senadores apoiam a retaliação aos EUA **6**

Agência chega a 100 mil notícias em 11 anos **2**



Síde da agência, que registrou média de 80 mil visitas por dia útil no ano passado, será transformado no Portal de Notícias do Senado, com novos recursos, que irão aproximar mais o cidadão do Parlamento

Agência Senado chega à notícia 100 mil em 11 anos

Fazendo a cobertura diária de todas as atividades legislativas da Casa, veículo produz uma média de mil textos por mês e registrou recorde de 19,2 milhões de acessos em 2009

CEM MIL NOTÍCIAS EM pouco mais de 11 anos. A marca foi atingida pela Agência Senado, na última quinta-feira, ao publicar em sua página na internet texto sobre o programa da TV Senado em homenagem ao ex-senador Artur da Távola, falecido em 2008.

A Agência Senado cobre diariamente todas as atividades legislativas na Casa. Produz uma média de mil textos por mês. Nos dias de pico, chega-se a 80 reportagens, uma média de uma matéria a cada 8 minutos.

Além de abastecer seu próprio site, a agência é responsável pelo conteúdo que alimenta

diariamente o *Jornal do Senado*. Em 2009, a agência registrou o recorde de 19,2 milhões de acessos – mais do que o dobro dos anos de 2007 e 2008 –, 80 mil visitas por dia útil.

O trabalho da Agência Senado mudou bastante desde o começo do registro do noticiário em banco de dados acessível pela internet, em 1998. A primeira matéria registrada no banco de dados tratava da elaboração do Orçamento. No começo, a agência seguia o padrão de distribuição de *releases* – textos sobre discursos e projetos entregues no Comitê de Imprensa do Senado.

O serviço evoluiu junto com a própria internet, incorporando recursos de edição, como textos explicativos e entrevistas, além de banco de imagens para *download* e recursos multimídia. Outra novidade foi a inserção de mecanismos de interatividade, como enquetes sobre temas em discussão no Senado e o Espaço do Leitor.

O próximo passo é a transformação da atual página no Portal de Notícias do Senado, com a adoção de novos recursos multimídia e edição mais ágil, que deverão tornar o noticiário do Parlamento mais próximo do cidadão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Plenário Duas MPs têm prioridade de votação

14h A pauta está trancada por duas medidas provisórias e pelo projeto de lei que dispõe sobre a formação de docentes para a educação básica, que tramita em caráter de urgência constitucional.

Presidência Quatro audiências programadas

16h A agenda do presidente José Sarney se inicia às 11h15, quando recebe o deputado Antonio Feijão (PTC-AP). A seguir, concede audiências ao padre Getúlio de Alencar (11h30), à atriz Elizabeth Savalla (12h) e ao ex-ministro do TST Galba Velloso (12h30). Às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

CRA Política Nacional de Abastecimento

9h30 O primeiro item da pauta da reunião na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) é o projeto que institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA). Depois, a proposta será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

CAE Beneficiário residente no exterior

10h Entre as propostas em votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), estão a que trata da incidência de Imposto de Renda sobre rendimentos de beneficiários domiciliados no exterior e a que torna obrigatório o registro do tomador em todas as operações de crédito de instituições autorizadas a operar pelo Banco Central.

CE Regras para esportes radicais

11h Projeto que define regras para a prática de esportes radicais ou de aventura está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O primeiro item dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), para estabelecer novo prazo de carência e taxas de juros.

CMA Estímulo a atividades de reciclagem

11h30 Na pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que concede redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas atividades de reciclagem. Outra proposta obriga a oferta de meia-entrada na venda pela internet de ingressos para evento cultural. A CMA promove, às 14h, o seminário "A Copa do Mundo de 2014: Normatização para Obras Sustentáveis". O objetivo é recolher sugestões para projeto de lei que defina normas sobre a sustentabilidade das obras destinadas à realização da Copa no Brasil.

CPI da Pedofilia Comissão ouve quatro depoimentos

11h A comissão parlamentar de inquérito ouve os convidados Irajá Fonseca de Oliveira e Carlos Roberto da Silva, de Itaituba (PA). Às 15h, serão ouvidos pela CPI Jesualdo Fernandes Costa Filho e Maria de Fátima Matias Barbosa, de Paulo Afonso (BA).

Exposição Pintou a Síndrome do Respeito

18h Abertura oficial da exposição *Pintou a Síndrome do Respeito*, alusiva ao Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado em 21 de março. O evento ocorrerá no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



A curadora da exposição, Silvana Gualda, e o presidente do Instituto Olga Kos, Wolf Kos

Senado expõe arte de pessoas com síndrome de Down

Prossegue até a sexta-feira da próxima semana a exposição de arte *Pintou a Síndrome do Respeito*, com 38 telas de pessoas com síndrome de Down, todos eles alunos do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, de São Paulo. A exposição, aberta ontem, é parte das comemorações do Dia Internacional da Síndrome de Down, 21 de março. Os trabalhos estão expostos no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima e na Senado Galeria. O 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), vai inaugurar oficialmente a mostra hoje, em solenidade às 18h.

No Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima estão 18 telas,

todas elas recriações de obras de artistas plásticos brasileiros contemporâneos ainda vivos. Cada recriação é um trabalho coletivo de quatro portadores da síndrome de Down, alguns deles ainda crianças. O mais jovem tem apenas 7 anos de idade. Já na Senado Galeria, estão 20 quadros individuais de portadores da síndrome.

O Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, na capital paulista, é uma organização da sociedade civil de interesse público e atende a 257 crianças, adolescentes e adultos jovens portadores da síndrome de Down. O presidente da instituição, Wolf Kos, explica que a síndrome de Down

é uma ocorrência genética que atinge um entre 700 bebês. Durante a gestação, as células do embrião são formadas por 47 cromossomos, em vez de 46. Com cuidados e boa formação, o portador da síndrome pode levar uma vida produtiva e praticamente normal.

A curadora da exposição, Silvana Gualda, informa que o Instituto Olga Kos mantém oficinas de arte e atividades esportivas, com aulas de caratê e *taekwondo*. Os quadros em exposição no Senado são todos óleo sobre tela. O espaço de exposições do Senado tem um público avaliado em 4 mil pessoas por dia.

Presidente do Senado recebeu telefonemas alusivos ao dia em que ele, como vice de Tancredo Neves e por causa da doença sofrida pelo político mineiro, assumiu a Presidência da República após 21 anos de regime militar



José Sarney (entre Ulysses Guimarães, à dir., e Humberto Lucena) inicia em 1985 o segundo período de redemocratização na história brasileira

Sarney é cumprimentado na data que marcou os 25 anos da redemocratização

UM DOS PERSONAGENS principais da transição que reinstalou no Brasil o Estado Democrático de Direito, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem vários telefonemas de pessoas recordando aquele momento crucial para a história do país. É que completou 25 anos ontem o segundo período de redemocratização vivido pelo Brasil, quando Sarney assumiu o poder e encerrou-se o ciclo de 21 anos do regime militar vigente desde 1964.

Na história do país, o primeiro processo de redemocratização ocorreu em 1945, com a deposição

de Getúlio Vargas e o fim do chamado Estado Novo. O período hoje vivido pelo país é a mais longa sequência de governantes democraticamente eleitos. Desde Sarney, chegaram pelo voto ao Palácio do Planalto os presidentes Fernando Collor de Mello e seu vice Itamar Franco, além de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

A eleição, pelo Colégio Eleitoral, da chapa Aliança Democrática, composta por Tancredo Neves e José Sarney, para presidente e vice-presidente, no dia 15 de janeiro de 1985, deu início ao segundo processo de

redemocratização na história brasileira.

Na véspera de tomar posse, em 14 de março daquele ano, Tancredo foi internado em estado grave no hospital e o vice-presidente José Sarney assumiu o cargo, exatamente no dia 15 de março de 1985. Depois de ser submetido a sete cirurgias – duas realizadas em Brasília e outras cinco em São Paulo –, Tancredo morreu no dia 21 de abril de 1985.

A chapa de Tancredo e Sarney foi formada após a derrota no Congresso, em abril de 1984, da Emenda Dante de Oliveira,

que previa eleições diretas para presidente da República. A Aliança Democrática venceu o candidato da situação, Paulo Maluf, com um placar de 480 a 180 votos e 26 abstenções no Colégio Eleitoral.

No governo, Sarney promoveu reformas, como a legalização de partidos políticos até então clandestinos. Em 1º de fevereiro de 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, do PMDB, que culminou com a promulgação da atual Constituição do país, ocorrida no dia 5 de outubro de 1988.

Mesquita Júnior aponta "conluio" entre política e riqueza

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lembrou ontem o aniversário de 25 anos da posse de José Sarney como presidente da República e, embora reconhecesse conquistas nessas duas décadas e meia, observou que permanece o "conluio entre os poderes executivos e o poder econômico".

– Não permitamos que a política se transforme num empreendimento econômico no nosso país. Isso será cruel e fatal para essa democracia, que claudica e que a gente está tentando fazer com que se fortaleça – sugeriu.

O Legislativo contribuiu para a construção e consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, mesmo nos momentos nos quais ficou enfraquecido ou impedido de funcionar, afirmou

o senador. O sistema eleitoral e partidário foi aperfeiçoado, acrescentou, mas a influência do poder econômico ainda é danosa ao país.

– O que não temos é o fim da influência da parceria dos poderes executivos e do poder econômico nas eleições, em que o uso e o abuso da máquina pública e a interferência do poder econômico, financiador de pleitos, de partidos e de candidatos, com propósitos inconfessáveis, tornaram-se rotineiros. O resultado é que as eleições perderam o sentido de mobilização cívica da população para se transformar num poderoso e maciço empreendimento econômico, dos mais ilegítimos e indecorosos de que se tem notícia, a cada pleito – disse.



Mesquita Júnior afirma que eleições deixaram de ser mobilização cívica

Cristovam exalta liberdade, mas cobra prioridades

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou, em discurso, os 25 anos da redemocratização, afirmando que, embora a Nova República seja o mais longo período democrático vivido pelo Brasil, a democracia foi incompleta, porque "trouxe tudo o que dizia respeito às liberdades, mas não mudou as prioridades".

O senador citou como exemplo a questão da aplicação dos recursos resultantes da exploração do petróleo da camada pré-sal, que, em sua opinião, está sendo tratada "de maneira absolutamente equivocada".



Para Cristovam, discussão sobre a partilha do pré-sal tem foco errado

– Estamos discutindo como distribuir hoje e não como dis-

tribuir ao longo de toda a vida. Estamos discutindo como gastar e não como preservar a riqueza – afirmou.

Ele criticou o fato de o debate em torno dos *royalties* do pré-sal estar focado na distribuição, para gastos, de um capital efêmero que "precisa ser transformado em permanente".

– É um suicídio. Dentro de 25, 40 anos, que passam rapidamente na história de um país, esse petróleo terá acabado. A discussão deve ser como usar corretamente e não como distribuir equivocadamente o petróleo – afirmou.

Para Dornelles, sistema de partilha é inconstitucional

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem, em debate na Câmara dos Deputados, que a exploração do petróleo do pré-sal pelo regime de partilha contraria o artigo 66 da Constituição. Essa norma estabelece a exploração por empresas privadas somente mediante o regime de concessão ou autorização pela União, e não pelo sistema de partilha.

– Acho que o Senado deve fazer um exame mais profundo [do projeto] porque está me parecendo que se montou um paraíso fiscal para as empresas

produtoras de petróleo.

O sistema de concessão, acrescentou Dornelles, prevê o pagamento de um bônus de assinatura para a União – quanto maior o risco, maior é o bônus. Além da chamada "participação especial", a empresa paga também *royalties* para a União, estados e municípios. Já no sistema de partilha, os *royalties* serão pagos pelas empresas para, em seguida, serem novamente ressarcidos pela União. E o bônus será fixo, sem nenhuma relação com o risco (baixo ou alto). O resultado, afirmou, é que as empresas saem

beneficiadas.

O regime de concessão, observou o senador, tem obtido sucesso, como demonstraria o aumento da produção de 900 mil barris, em 1997, para 3 milhões de barris em 2008.

Dornelles referiu-se também ao projeto que cria a Petro-Sal (PL 5.939/09), para salientar que ele também é prejudicial e "agrider" a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a União. Mais uma vez, recomendou, seria necessário consultar a Constituição no que se refere à criação de estatais.

Mão Santa lembra Batalha do Jenipapo

Mão Santa (PSC-PI) lembrou os 187 anos da Batalha do Jenipapo, que ocorreu em 13 de março às margens do riacho do mesmo nome, no Piauí, quando piauienses, maranhenses e cearenses, quase sem armas, enfrentaram o major João José da Cunha Fidié, comandante das tropas portuguesas no Norte. Fidié lutava, cerca de seis meses após a declaração de Independência por dom Pedro I, para que Portugal não perdesse o controle de algumas áreas do Norte e Nordeste do país.

O senador ressaltou que, na Batalha do Jenipapo, os brasileiros foram derrotados, mas enfraqueceram as forças portuguesas, que nos meses seguintes sofreram atos de guerrilha. Quatro meses depois, o comandante Fidié, encurralado, rendeu-se nas proximidades de Caxias (MA). Foi enviado preso ao Rio de Janeiro e, de lá, deportado para Portugal, onde foi recebido como herói por ter tentado manter nas mãos da coroa portuguesa a parte norte da ex-colônia Brasil.



Mão Santa: quase sem armas, brasileiros enfrentaram portugueses

Candidatos a eleições majoritárias e proporcionais deverão formalizar legenda e domicílio eleitoral pelo menos 30 meses antes do pleito

Projeto eleva prazo de filiação e domicílio

A FILIAÇÃO PARTIDÁRIA e a definição de domicílio eleitoral de candidatos deverão estar formalizadas pelo menos 30 meses antes das eleições majoritárias e proporcionais. A determinação está incluída em proposta em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne amanhã. A legislação em vigor exige filiação partidária e definição de domicílio pelo menos um ano antes do pleito.

O projeto (PLS 222/06), apresentado por Arthur Virgílio (PSDB-AM), altera a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096, de 1995) e a Lei das Eleições (Lei 9.504, de 1997), e será votado em caráter terminativo na CCJ. O relator, Antonio Carlos



Arthur Virgílio (E) e Antonio Carlos Júnior concordam que, para fortalecer os partidos, é preciso extinguir legendas de aluguel

Júnior (DEM-BA), recomenda a aprovação.

Para Virgílio, é preciso fortalecer o sistema partidário,

pondo fim às "famigeradas legendas de aluguel". De acordo com o senador, o projeto em exame retoma objetivo de ou-



O relator concordou em fortalecer os partidos políticos por meio do desestímulo à troca constante de legenda por ocupante de cargo eletivo.

A proposta retira das legendas, como estabelece hoje a Lei dos Partidos Políticos, a faculdade de estabelecer em seus estatutos prazo de filiação partidária superior ao legal, com vistas à candidatura a cargos eletivos.

Antonio Carlos Júnior, no entanto, apresentou emenda para evitar que o projeto retire da lei vigente dispositivo segundo o qual, em caso de incorporação ou fusão de partidos, a data de filiação partidária do candidato será aquela em que se filiou a seu partido de origem.

Proposta determina contagem de tempo de estágio para aposentadoria

A CCJ pode decidir amanhã se deve passar a constar da Constituição federal norma que assegura a inclusão de período de estágio e de estudos custeados por bolsas na contagem de tempo necessário à concessão da aposentadoria e demais benefícios previdenciários. A medida já consta de legislação infraconstitucional, a qual determina que, para fazer jus à contagem de tempo, estagiários e bolsistas devem contribuir para a Previdência Social como segurados facultativos.

A constitucionalização do direito está sendo sugerida por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC 16/04) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Ele argumenta que há incertezas quanto ao futuro das reformas previdenciárias, o que pode levar a retrocessos com relação ao direito hoje assegurado. O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), recomenda em seu voto a aprovação da matéria.

"Na situação atual, nada impede que uma medida provisória ou um projeto de lei qualquer venha a tornar letra morta esse direito, em nome da



Sérgio Zambiasi propõe que direito seja assegurado pela Constituição federal

redução do déficit previdenciário", argumenta o relator.

Se a previsão do benefício estiver no texto constitucional, observa Alvaro Dias, qualquer tentativa de modificação exigirá quórum qualificado. Dessa maneira, conforme o senador, será possível evitar "mudanças açodadas e insegurança jurídica" para os contribuintes estagiários e bolsistas.

Depois do exame pela CCJ, a proposta irá ao Plenário para votação em dois turnos.

CCJ vota suspensão de alterações na lista de bens de informática

O encaminhamento a ser dado a projeto de decreto legislativo de autoria do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) que susta os efeitos de alterações promovidas pelo Executivo na lista de bens considerados de informática e automação será decidido amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça.

Por considerar que houve "abuso do poder regulamentador" por parte do governo, Neuto de Conto pede a anulação das modificações realizadas por meio do Decreto 6.405/08. No entanto, o relator Jayme Campos (DEM-MT) acredita que o mais adequado será encaminhar o projeto (PDL 59/09) à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para melhor exame.

Na justificativa, Neuto de Conto afirma que, ao atualizar códigos e definições dos produtos, o governo deixou de seguir integralmente a nova nomenclatura definida pela Organização Mundial das Aduanas (OMA). Além disso, teriam sido excluídos, segundo o parlamentar, vários produtos de infor-



Neuto de Conto: Executivo não seguiu a nova nomenclatura adotada por organismo mundial

mática, como modelos específicos de *no breaks* (estabilizadores com alimentação elétrica ininterrupta), alarmes, monitores e aparelhos telefônicos.

Para Jayme Campos, as considerações do senador catarinense sobre abuso regulatório poderão receber exame mais criterioso na CCT, inclusive com a realização de audiência pública para orientar a decisão. Ele observa que a elaboração da lista daqueles bens é competência atribuída ao governo pela Lei de Informática.



Lúcia Vânia é a relatora da proposta sobre inclusão previdenciária

CAS examina previdência para trabalhadores de baixa renda

A pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) contém, numa lista de 14 itens, projeto (PLS 253/05) que cria um sistema especial de inclusão previdenciária para os trabalhadores de baixa renda e para aqueles que se dedicam

exclusivamente ao trabalho doméstico sem receber nenhum rendimento. A proposta é de Paulo Paim (PT-RS) e terá Lúcia Vânia (PSDB-GO) como relatora. Também está na pauta o PLS 28/08, que garante aos trabalhadores regidos pela

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o direito à licença para capacitação profissional. De acordo com o texto, o empregado poderá afastar-se das suas atividades a cada triênio de trabalho por no mínimo 120 horas, para frequentar cursos

de capacitação. O projeto é de Cristovam Buarque (PDT-DF) e o relator, Gim Argello (PTB-DF). Outro projeto (PLS 157/02) estende a licença-paternidade ao trabalhador celetista que adotar criança de até cinco anos de idade.



comunicação para a cidadania

■ Ondas Curtas (parabólica e internet)

- » Região Norte
- » Região Nordeste
- » Região Centro-Oeste (exceto Mato Grosso do Sul)

■ FM

- » Brasília (DF)
- » Cuiabá (MT)
- » Natal (RN)
- » Fortaleza (CE)
- » Rio Branco (AC) a partir de junho/2010

■ 16 Canais consignados



Debatedores propõem superar escassez de engenheiros com cursos mais curtos, política educacional descentralizada e participação do setor privado

Engenharia se ressentida de ensino médio deficiente

AS DEFICIÊNCIAS EXISTENTES no ensino médio brasileiro foram apontadas pelo diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique de Brito Cruz, como principal causa da escassez de mão de obra especializada nas várias áreas da engenharia nacional. Ele foi um dos participantes do debate sobre desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de engenheiros, realizado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

– Há restrições importantes no sistema de formação de recursos humanos no Brasil e, quando se fala de formar pessoas no nível superior, talvez a principal restrição não seja falta de vagas no ensino superior, mas falta de qualidade e quantidade de jovens cursando o ensino médio – disse Brito Cruz.

Como estratégia para o aumento urgente da formação de engenheiros no país, o diretor da Fapesp defendeu a implementação de cursos de especialização curtos, nos moldes dos existentes nos Estados Unidos.

O professor criticou ainda a política educacional desenvolvida pelo governo federal. Segundo ele, são privilegiados os órgãos de educação federais,



Luiz Bertelli (E), Fernanda De Negri, Brito Cruz, Fernando Collor, Michal Gartenkraut e Edinaldo Afonso Marques de Melo participam de debate na CI

em detrimento de importantes instituições municipais e estaduais.

Edinaldo Afonso Marques de Melo, professor da Universidade Federal de Alagoas, reclamou uma participação mais ativa do setor produtivo na formação de engenheiros.

Na opinião do professor, as empresas do setor deveriam, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, buscar seus em-

pregados ainda na faculdade, realizando seleções e oferecendo estágios aos estudantes de engenharia.

Edinaldo alertou os parlamentares sobre a necessidade de se elevar o piso salarial dos engenheiros no país para se evitar a evasão na profissão. Ele considerou de relativa importância para o bom desempenho na área a titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Especialista aponta déficit na área profissional

Fernanda De Negri, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), destacou a forte correlação existente, conforme estudos desenvolvidos pelo instituto, entre pesquisa e desenvolvimento e a demanda das empresas por engenheiros. Ela observou que de 750 mil diplomados em engenharia existentes no Brasil, apenas 212 mil estão exercendo a profissão.

A pesquisadora chamou a atenção ainda para a importância de se determinar os tipos de engenheiros mais demandados atualmente necessários para sustentar o crescimento do

país previsto para os próximos anos. Segundo ela, o fluxo de formação de engenheiros no Brasil é capaz de atender ao crescimento da demanda, desde que as taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) não ultrapassem 5%.

Michal Gartenkraut, ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), se referiu ao desafio, em sua opinião colocado ao país, da melhoria da qualidade da formação dos profissionais de engenharia. Para ele, é importante que o Brasil acompanhe a tendência mundial de se retardar a especialização dos

estudantes, evitando a escolha prematura de profissões.

Luiz Gonzaga Bertelli, presidente-executivo do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), defendeu a necessidade de se incrementar a qualidade da educação básica no país, para que se tenha profissionais de engenharia mais qualificados.

Ao final da reunião, o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL) destacou o objetivo da CI de “procurar unir o mundo acadêmico, a iniciativa privada e o poder público” visando melhorar a qualidade dos gastos públicos no país. Collor lembrou também a importância do ITA para o nascimento e a consolidação de uma indústria aeronáutica de ponta no Brasil.

De 750 mil diplomados, apenas 212 mil exercem a profissão, diz pesquisadora

Comissão vota projeto que cria política de abastecimento

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deve votar hoje o projeto de lei (PLS 51/08) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que institui a Política Nacional de Abastecimento. A proposta tem como meta garantir suficiente armazenagem de alimentos, água, medicamentos e energia para suprir necessidades nacionais ou regionais.

O projeto trata de estímulos à agricultura familiar; integração entre cidades e estados; cooperação entre órgãos públicos e organizações não gover-

namamentais; e incentivos à rede privada de armazenamento.

Também estão previstos preços mínimos para os produtos incluídos em uma lista, a garantia de infraestrutura para atendimento a populações carentes e um sistema de informação de preços e estoques. O relator, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), tem parecer favorável ao projeto.

A matéria já foi aprovada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI).



Crivella quer garantir armazenagem de água, comida, energia e remédios

Exigências para empresas de laticínios em discussão na CRA

As empresas de laticínios poderão ser obrigadas a divulgar na internet os resultados das análises laboratoriais de seus produtos feitas nos últimos cinco anos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura.

A exigência consta do PLS 86/08, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que poderá ser analisado na reunião de hoje da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Se aprovado, vai à Comissão de Assuntos Sociais para decisão terminativa.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a proposta foi aprovada com voto favorável do relator Cícero Lucena (PSDB-PB), que sugeriu uma emenda restringindo a obrigatoriedade às indústrias que possuam página na internet (46% do

total do setor).

O projeto determina que as empresas que não cumprirem a exigência estarão sujeitas a penas de advertência, interdição, cancelamento de autorização de funcionamento e multa.

O relator na CRA, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), defende a rejeição da proposta. Para justificar seu voto, ele explica que os laticínios, em geral, já contam com modernos sistemas de fiscalização e segurança sanitária.

Como exemplo, Goellner citou programas de autocontrole, com sistemas como os Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Boas Práticas de Fabricação (BPF), todos verificados em auditorias do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura.

Laticínios já têm modernos sistemas de fiscalização e segurança sanitária, diz Goellner



Incentivos ao cultivo do bambu podem ser aprovados

A CRA também pode votar hoje projeto que cria a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu. O PLC 326/09, com voto favorável do relator Gerson Camata (PMDB-ES), ainda precisará ser examinado pelos senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto, oriundo da Câmara dos Deputados, institui incentivos ao culti-

vo e ao desenvolvimento tecnológico da produção de bambu, apontado como rico em proteína vegetal, fibras, aminoácidos, cálcio, fósforo, vitaminas e capaz de prevenir câncer e doenças cardiovasculares.

O bambu serve ainda como matéria-prima para fabricação de papel e remédios. O projeto propõe mecanismos para estimular o comércio interno e externo do bambu, além de incentivos à agricultura familiar.

Parlamentares acham que medidas anunciadas pelo governo, que não precisam do aval do Congresso, não devem ter maiores efeitos para consumo

Senadores apoiam retaliação aos EUA

SENADORES MANIFESTARAM APOIO à decisão do governo de sobretaxar por 30 dias, a partir de 7 de abril, 102 produtos importados dos Estados Unidos, como retaliação aos subsídios norte-americanos aos produtores de algodão daquele país. A decisão do governo não precisa ser submetida ao Congresso Nacional.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse que a medida veio no tempo e na dose certos. Ele lembrou que o Brasil ganhou esse direito junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) há quatro anos, depois de uma disputa de oito anos.

Azeredo afirmou que o alardeado encarecimento de produtos para os brasileiros, devido às sobretaxas da retaliação, não será tão assustador.

– Nada que vá muito além de 1% em média – previu Azeredo, para quem a lista é quase toda formada por artigos sofisticados, boa parte já produzida no Brasil ou em mercados alternativos.

Para Osmar Dias (PDT-PR), são absurdas as notícias de que o pãozinho vai aumentar em razão do aumento da alíquota sobre o trigo americano.

– Só no Paraná, há 800 mil toneladas de trigo da safra passada que os produtores não conseguem vender – lembrou.

Ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que os subsídios dos norte-americanos aos seus produtores são “ilegais e desleais”. A OMC julgou os argumentos apresentados pelo Brasil e decidiu que os Estados Unidos deveriam retirar os subsídios.

– Como não o fizeram, o Brasil foi autorizado a retaliar – disse.

Segundo ele, retaliação não é nem o nome apropriado porque, na realidade, o que o governo brasileiro fez foi tomar medidas que levassem a uma negociação, o que está de fato ocorrendo, acrescentou.

Há uma semana, o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Gary Locke, veio ao Brasil e acenou com a possibilidade de retirar a taxa que seu país impõe ao etanol brasileiro. Locke disse também que os Estados Unidos não querem uma guerra comercial. Ele prometeu negociar e reconheceu o direito que o Brasil tem de retaliar.



Dornelles: governo está forçando americanos a negociar



Azeredo: é só alarde, nenhum reajuste passará de 1%, em média



Campos de algodão nos EUA: Brasil venceu disputa na Organização Mundial do Comércio que se arrastou por mais de oito anos

Organização envolve mais de 150 países

Com sede em Genebra, a OMC tem 153 países membros que negociam regras e assinam acordos de comércio internacional. Criada em 1994, durante a Conferência de Marrakech, e efetivada no dia 1º de janeiro do ano seguinte, a OMC é, acima de tudo, uma entidade na qual os países tentam resolver impasses na área do comércio.

A maior parte dos trabalhos em curso na OMC vêm de negociações da chamada Rodada Uruguai (1986-1993) e de transações anteriores iniciadas no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), instrumento multilateral criado em 1948 que deu lugar à organização.

As negociações da OMC são chamadas de rodadas, as quais lançam uma agenda de temas a serem discutidos entre os países membros. Desde a criação da OMC, houve nove rodadas. A Rodada Doha, lançada em 2001, no Catar, foi a última, mas os países não chegaram a acordo sobre redução de tarifas e subsídios a produtos agrícolas.

As demais rodadas foram Genebra (1947), Ancey (1949), Torquay (1950-1951), Genebra (1955-1956), Dillon (1960-1961), Kennedy (1964-1967), Tóquio (1973-1979) e Uruguai (1986-1993). Os temas dessas rodadas foram tarifas, medidas *antidumping* – para vetar ações que visam eliminar a concorrência com a venda de produtos a preços mais baixos que os custos –, agricultura, serviços e propriedade intelectual, entre outros.

Recuperando o prejuízo

Abaixo, alguns dos produtos norte-americanos que integram lista de itens sobretaxados pelo Brasil. Veja a resolução do governo e a lista completa em www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1268063292.pdf

Produto	Imposto de importação (% sobre o preço do produto)	
	Em vigor	Passará a vigorar
Algodão debulhado	6	100
Algodão cardado ou penteado	8	100
Cortinas e sanefas	35	60
Leite em pó	28	48
Óculos de sol	20	40
Relógios de pulso	20	40
Água de colônia	18	36
Batom	18	36
Pastas de dente, lâminas e cremes de barbear	18	36
Produtos de maquiagem e cremes de beleza	18	36
Ketchup e outros molhos de tomate	18	36
Projetores de imagens fixas	18	36
Xampus	18	36
Misturas para sucos não fermentadas	14	34
Concentrados de proteínas	14	34
Pneus para carro, ônibus e caminhão	16	32
Trigo	10	30
Medicamentos contendo paracetamol ou bromoprida	14	28
Leitores de código de barras	12	22

Fonte: Câmara de Comércio Exterior (Camex)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
 Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Suplicy homenageia cartunista Glauco Villas Boas, morto em SP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou a morte do cartunista Glauco Villas Boas, 53, e de seu filho, Raoni, 25, assassinados em casa, na madrugada do último sábado, em Osasco, na Grande São Paulo. Suplicy relembrou a trajetória profissional do artista e citou manifestações de pesar de amigos, colegas e admiradores do criador de personagens como Geraldão, Geraldinho, Dona Marta, Casal Neuras, Netão, Zé do Apocalipse, Edmar Bergman, Doy Jorge, Zé Malária, Ficadilha, Faquinha, Nojinsk e Ozetês.

Conforme o pedido de pesar apresentado por Suplicy – e assinado também pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS) –, Glauco, natural de Jandaia do Sul (PR), publicou sua primeira charge no jornal *Diário da Manhã*, na década de 1970. Em 1976, foi premiado no Salão de Humor de Piracicaba, o que lhe abriu as portas da grande imprensa.

– A partir de 1977, iniciou sua colaboração com a *Folha de S. Paulo*, no momento em que o humor vivia o conflito entre a militância e a contestação da esquerda. Ele reduzia a República a seus elementos mais infantis, para revelar o *nonsense*



Suplicy: trabalho do artista revelava o “nonsense de engravatados”

de engravatados e congêneres – disse o senador.

Glauco, como pontuou Suplicy, também era músico – tocava em bandas de *rock* – e líder religioso. Fundou em São Paulo, ao lado da mulher, Bia, e dos filhos, a igreja Céu de Maria, seguidora dos princípios do Santo Daime.

O senador leu depoimentos de cartunistas como Maurício de Sousa, Ziraldo, Chico Caruso, Laerte e Angeli – os dois últimos compunham com Glauco o trio conhecido no mundo dos quadrinhos como Los Tres Amigos.

Glauco e seu filho Raoni foram mortos a tiros por Carlos Eduardo Sundfeld Nunes, 24, conhecido da família e ex-frequenterador da igreja Céu de Maria.

Paim faz 60 anos e lembra luta política com quatro mandatos

O senador Paulo Paim (PT-RS) completou 60 anos e agradeceu a todos aqueles que caminharam ao seu lado e com ele interagiram, mesmo que não os tenha conhecido pessoalmente. Paim fez um histórico da sua vida, desde os tempos de criança até chegar ao Senado.

– Pode parecer estranho para alguns, mas, ao olhar para o espelho, posso até não entender como o tempo passou tão depressa. Tenho consciência que foram 60 anos muito bem vividos. Com alegrias? Claro, mas também com tristezas, com mágoas, com surpresas, dores. Mas a nossa mente registra tudo como se fosse passado um espaço de tempo muito pequeno. Percebo que nunca é tarde – afirmou.

Paim recordou a sua luta sindical, que se transformou em política (três mandatos de deputado federal e um de senador). Lembrou que foi deputado constituinte e a luta que travou



“A alma da gente não tem idade, apenas amadurece”, afirma Paim

pelos aposentados e em defesa dos discriminados, dos trabalhadores, dos direitos dos sem-teto e dos sem-terra, dos estudantes, das mulheres, da luta pela livre orientação sexual, pela liberdade religiosa, pela liberdade sindical, pela educação e por recursos para a segurança social.

– Sou daqueles que diz que a alma da gente não tem idade, ela apenas amadurece, vai ficando mais sábia e, isso, claro que é bom – assinalou.

Marisa Serrano destaca proposta que mede impacto ambiental

“Cuidar do meio ambiente e garantir a sustentabilidade econômica do país não são coisas antagônicas”, disse a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), ao destacar parceria firmada semana passada entre a prefeitura de Campo Grande e a organização não governamental WWF-Brasil. O objetivo é implantar o projeto Pegada Ecológica, metodologia criada para calcular a quanti-

dade de recursos da natureza que a população utiliza para sustentar seu estilo de vida.

– A prefeitura de Campo Grande aceitou o desafio de ser a primeira cidade do país a medir o impacto ambiental gerado pela ação humana – afirmou Marisa.

Serão medidos os efeitos causados pelas áreas de resíduos, transporte, alimentação e habi-

tação, entre outras. E, por meio de novas parcerias, definidas ações que ajudem a diminuir o impacto dessas atividades.

A senadora também destacou a aprovação, na semana passada, pela Câmara, de projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Como os deputados aprovaram um substitutivo ao texto original, a matéria será analisada novamente

pelo Senado.

– Um mérito do texto, a meu ver, é compartilhar as responsabilidades pelo ciclo de vida dos produtos. Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes terão de investir para colocar no mercado produtos recicláveis, inclusive as embalagens, e que gerem menor quantidade de lixo – opinou Marisa, ao analisar o PLS 354/89.



Marisa: projeto Pegada Ecológica será implantado em Campo Grande

Alvaro defende depoimento do promotor do caso Bancoop

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) defendeu ontem o comparecimento do promotor José Carlos Blat ao Senado para falar sobre denúncias de corrupção na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop). Os desvios envolveriam o atual tesoureiro do PT, João Carlos Vaccari, por suspeita de estelionato, apropriação indébita, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

– Nesta semana, viabilizaremos o convite ao promotor.

Alvaro Dias citou a segunda reportagem publicada pela revista *Veja* sobre o caso, segundo a qual Vaccari, além de desviar recursos da Bancoop, também é acusado de arrecadar dinheiro para o esquema do “mensalão” do PT. A informação teria sido prestada sob o benefício da delação premiada à Procuradoria-Geral da República pelo corretor Lúcio Bolonha Funaro, considerado um dos maiores especialistas em fraudes financeiras no país.



Alvaro Dias lembra que comissão deve ouvir amanhã famílias de cooperados prejudicados

O senador lembrou que amanhã a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pretende ouvir os depoimentos dos representantes das famílias de cooperados da Bancoop.

– Foram centenas de famílias prejudicadas. Os representantes dessas famílias virão ao Senado para colocar o drama que passaram a viver em função desse esquema de corrupção.

Alvaro disse que outras providências poderão ser adotadas em decorrência dos depoimentos para que o episódio da Bancoop “não seja mais um daqueles escândalos que permanecem insolúveis no país, estabelecendo a impunidade como regra que estimula a corrupção”.

Pré-sal

Alvaro Dias afirmou que não se pode restringir o debate sobre a exploração de petróleo na camada pré-sal à questão dos *royalties*. Essa discussão, frisou, exige maturidade política e responsabilidade, não podendo se limitar a um confronto entre a oposição e o governo.

Alvaro Dias também criticou a pressão do governo com as matérias relativas ao pré-sal.

– Devemos ter tempo para o debate. Certamente antes de 2016 não estaremos auferindo os benefícios da exploração do pré-sal – afirmou.

Papaléo acusa Casa Civil de exagerar resultados do PAC

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) disse ontem que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) faz pouco pelo país, ao contrário do que alardeiam os marqueteiros da Casa Civil. Citando reportagem da *Folha de S. Paulo*, ele observou que de 76 grandes obras do PAC nada menos do que 75% tiveram atraso na execução.

Papaléo citou como exemplo linhas de transmissão de energia nos estados do Amapá, Pará e Amazonas, cuja inauguração, prevista para dezembro deste ano, está sendo adiada para 2013. Mas, segundo o senador, o PAC não tem apenas problemas de execução. Na concepção, observou, há também uma série de problemas.

– No saneamento básico, a área que reputo como prioritária para o meu estado do Amapá e todos os estados da região Norte, os gerentes do programa mostram-se de uma falta de capacidade assustadora – afirmou.

Uma política pública, de acordo com Papaléo, deve basear-se

na atenção aos mais necessitados. Na avaliação do senador, quanto mais carente a população, mais atenção deve receber do governo, mas os gerentes do PAC “têm violado essa regra fundamental da boa administração”.

Papaléo citou reportagem do *Correio Braziliense*, segundo a qual as unidades da Federação com os piores índices de coleta de esgoto – ou seja, abaixo dos 20% – são aquelas com o menor número de empreendimentos previstos no programa.

No caso do Amapá, disse, nenhum projeto de saneamento básico será entregue em 2010. O Ministério das Cidades, conforme Papaléo, alega que o atraso se justifica pela falta de capacidade técnica no estado para desenvolver os projetos do programa.

– Os gerentes dos ministérios deveriam, ao contrário de imputar culpas, oferecer treinamento e qualificação para os técnicos dos estados. Enfim, são desculpas, desculpas e mais desculpas – lamentou.



Senador afirma que recursos previstos não são liberados

Relatórios com dados da execução orçamentária deste ano, de acordo com o senador, indicam que há oito programas para o Amapá, com dotação total de R\$ 80 milhões.

– Qual o valor empenhado? É zero. Nenhum real foi alocado para os oito programas do Amapá e, em 2009, foram empenhados R\$ 11 milhões, mas nenhum real foi liquidado.

Papaléo Paes também acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de comportar-se como um ditador enrustido, pelo relacionamento estreito com dirigentes como Raúl e Fidel Castro (Cuba), Hugo Chávez (Venezuela) e Mahmoud Ahmadijad (Irã).

Sociedade deve fiscalizar aplicação dos royalties

Participação do cidadão é imprescindível para coibir abusos de alguns prefeitos no emprego do dinheiro repassado aos cofres municipais

NO MOMENTO EM que o Senado começa a discutir o polêmico projeto (PLS 5.938/09) que altera os critérios para a distribuição aos estados e aos municípios dos recursos dos royalties do petróleo e da chamada participação especial, a seção Especial Cidadania foi verificar como se fiscaliza a aplicação dessa fatia do dinheiro público pelas prefeituras. O resultado é preocupante.

A partir de 2003, por força de um acórdão do Supremo Tribunal Federal referente ao Mandado de Segurança 24.312, impetrado pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, a competência para fiscalizar as prefeituras que recebem royalties do petróleo ficou exclusivamente nas mãos desses tribunais estaduais. Pela decisão, o Tribunal de Contas da União (TCU) ficou impedido de inspecionar o que os prefeitos fazem com esses repasses.

A atuação do TCU, segundo técnicos do tribunal, ficou restrita a checar as informações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a arrecadação e distribuição dos royalties e das outras participações governamentais, como a especial,

que é partilhada com estados e municípios. O TCU cruza essas informações com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e os recursos repassados pelo agente financeiro, o Banco do Brasil.

Como falta transparência à contabilidade de muitos mu-

nicipios que recebem royalties e participação especial, o que dificulta o trabalho de auditoria dos tribunais de contas (ver nesta página), o papel do cidadão torna-se imprescindível para coibir abusos de alguns prefeitos. No município fluminense de Rio das Ostras, o prefeito gastou, em 2004, R\$ 12 milhões para reformar o calçadão da orla com piso de porcelanato, tornando-se até

hoje a história mais contada sobre o mau uso do dinheiro dos royalties do petróleo.

O consultor Paulo Viegas, um dos especialistas do Senado na área de petróleo, estima que, se as reservas no pré-sal alcançarem 100 bilhões de barris, o potencial de distribuição de royalties aos estados e municípios pode atingir US\$ 600 bilhões ao longo do período de exploração, considerando o

preço médio de US\$ 60 o barril. “É fundamental o controle social sobre a aplicação desse dinheiro”, recomenda.

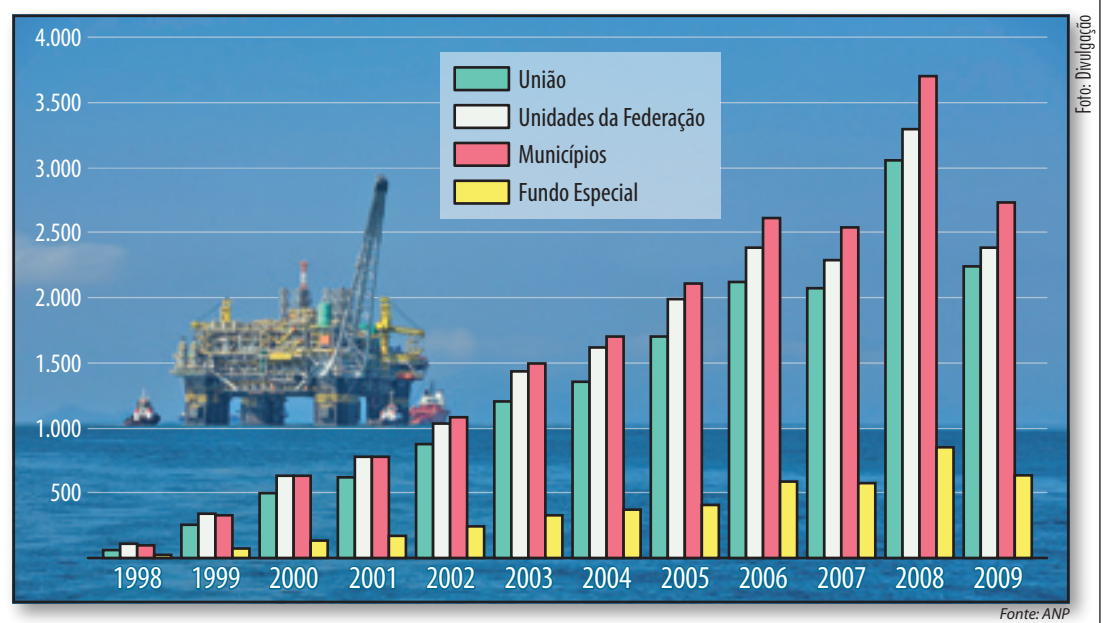
São importantes algumas dicas sobre como contribuir para esse controle. Na hora da execução orçamentária, o cidadão deve acompanhar a prestação de contas do município, a execução física dos projetos e denunciar qualquer irregularidade aos tribunais de contas.

► **ROYALTIES – SÃO** um tipo de compensação financeira devida ao estado pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural. São distribuídos a estados, municípios, Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda.

► **PARTICIPAÇÃO ESPECIAL – É** a compensação financeira a ser paga pela exploração e produção de petróleo ou gás quando houver grande volume de produção ou grande rentabilidade. Para calcular o valor dessa participação, são aplicadas alíquotas progressivas sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo.

A divisão dos royalties

Como ficou a distribuição dos valores a serem pagos pela produção de petróleo e gás natural ao longo dos últimos dez anos (em milhões de reais)



Falta de transparência dificulta auditoria de prefeituras

Uma das principais dificuldades que os tribunais de contas estaduais encontram para fiscalizar as prefeituras que recebem royalties do petróleo é a falta de transparência na contabilidade municipal. Tanto o Tribunal de Contas de São Paulo quanto o do Rio informaram ao **Jornal do Senado** que recomendam aos municípios que mantenham conta bancária vinculada a esses recursos para que possam ser controlados e fiscalizados. Mas nem sempre isso é observado.

Em São Sebastião, um dos municípios paulistas que mais recebem royalties do petróleo – R\$ 37 milhões em 2009, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) –, a auditoria do TCE de São Paulo vem alertando desde 2004 para a necessidade de uma conta determinada, afirmou o diretor-geral do tribunal, Sérgio Rossi.

Na prestação de contas do município de 2007, examinada no ano passado – esse intervalo de tempo é autorizado legalmente –, São Sebastião continuava sem ter conta em separado, dificultando a fiscalização. “Os royalties misturam-se a outros recursos dos municípios”, explicou Rossi. A prefeitura avisou ao TCE que abriu a conta. Mas isso só será comprovado este ano, quando será examinada a prestação de contas de 2008.

Problema semelhante foi detectado pelo TCE em outros municípios paulistas aquinhoados com os royalties, como Bertioga, Ilha Bela e Pindamonhangaba. Em Bertioga, que recebeu R\$ 15,41 milhões em 2009, conforme dados da ANP, o relatório da auditoria do TCE identificou na prestação de contas de 2007 a ausência de planejamento, controle e avaliação da execução do orçamento do município, com várias falhas consideradas graves.

Em Ilha Bela, que obteve de royalties R\$ 14,33 milhões em 2009, a auditoria detectou, entre outras irregularidades, o desvio desses recursos para pagamento de pessoal, o que é vedado por lei (artigo 8º da Lei 7.990/89, com alteração introduzida pela Lei 8.001/90). Para aprimorar o trabalho da auditoria sobre os royalties do petróleo, o tribunal estadual introduziu, segundo Rossi, um capítulo específico dentro dos relatórios para avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos.

Mobilização popular impediu construção de pirâmide

A mobilização de moradores de Paulínia, no interior de São Paulo, onde fica uma das principais refinarias da Petrobras, tornou-se exemplo de que a fiscalização popular pode ajudar no combate ao mau uso e desvio de recursos públicos. Criada em maio de 2005, a Associação de Moradores e Amigos de Paulínia (Ama-Paulínia), atualmente com 85 filiados, conseguiu impedir que o prefeito na época, Edson Moura (PMDB), construísse uma pirâmide de vidro de 20 metros de altura, batizada de Manto de Cristal.

Integrada às obras de revitalização do centro da cidade, orçadas inicialmente em R\$ 114,8 milhões, a pirâmide cobriria alguns prédios históricos, como a capela São Bento, um museu, a casa paroquial e a casa da banda. “Entramos na Justiça em 2005 e a obra está embargada até hoje”, afirmou o presidente da Ama-Paulínia, Valmor Amorim. Ele estima que o projeto de modernização alcance R\$ 145 milhões com os aditamentos ao contrato original.

Embora a prefeitura não receba royalties do petróleo nem parti-

cipação especial, a sua principal fonte de receita vem do repasse ao município da parcela do ICMS. Amorim calcula que esse dinheiro corresponda entre 80% e 85% das receitas do município. Boa parte dessas verbas iria para o Manto de Cristal.

Já a Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo), entidade considerada pioneira no combate à corrupção municipal, conseguiu cassar dois prefeitos desse município do interior paulista e tornou-se modelo para criação de outras entidades.



Principal fonte de receita da prefeitura de Paulínia vem do repasse ao município da parcela do ICMS recolhido pela refinaria

Saiba mais

Agência Nacional do Petróleo

www.anp.gov.br

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/

Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo)

www.amarribo.org.br

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

www.tce.rj.gov.br/

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

www.atricon.org.br/



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL